



Estado de Rondônia
CÂMARA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES - SUPECOL

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/CPL/CMJP/RO/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 043/2025

OBJETO: O presente Termo de Referência tem como objeto a futura eventual **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO E MATERIAL PERMANENTE**, objetivando atender às necessidades da Câmara Municipal de Ji-Paraná, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento;

DATA DE ABERTURA: 12 de março de 2025, às 09h00min. (Horário de Brasília - DF)

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.gov.br/compras/pt-br

LOCAL: O Pregão Eletrônico será realizado por meio do endereço eletrônico acima mencionado, através do (a) pregoeiro (a) e equipe de apoio.

FONTE DE RECURSOS: PRÓPRIO

1 CAMARA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ

01 PODER LEGISLATIVO

01 01 CAMARA MUNICIPAL

010101 CAMARA DOS VEREADORES

01 Legislativo

01 031 Ações Legislativas

01 031 0001 Administrando competência e responsabilidade

01 031 0001 2001 0000 Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais –CÂMARA

3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

4.4.90.52.0 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

1. Valor Total Estimado: R\$ 13.639,27 (treze mil seiscentos e trinta e nove reais e vinte e sete centavos)

EDITAL: O Instrumento Convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis para consulta e retirada no endereço eletrônico acima mencionado, e, ainda, no site www.jiparana.ro.leg.br.

Maiores informações e esclarecimentos: SUPECOL – Superintendência de Compras e Licitações, situada na Av. Dois de Abril, nº 1571, Bairro Urupá, em Ji-Paraná/RO - CEP: 76.900-181 **EMAIL:** supecol@jiparana.ro.leg.br

Ji-Paraná/RO, 25 de fevereiro de 2025.

THIAGO SILVA GUIMARÃES
Superintendente de Compras e Licitação da CMJP



Estado de Rondônia
CÂMARA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES - SUPECOL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/SUPECOL/CMJP/RO/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 043/2025

A Câmara Municipal de Ji-Paraná, Estado de Rondônia, por meio da Superintendência de Compras e Licitações, através de seu (sua) Pregoeiro (a) nomeada pela portaria 50/DRH/CMJP/2025 e equipe de apoio nomeados pela força das disposições contidas no Decreto Legislativo nº354/2025, torna público que se encontra autorizada, a realização da licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, modo de disputa **ABERTO**, nos termos da Lei nº Lei nº 14.133/21 e demais regulamentos vinculados aos procedimentos licitatórios e ainda de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Data da sessão Pública do Pregão Eletrônico: 12/03/2025

Horário: 09h00min. (horário de Brasília – DF)

Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.gov.br/compras/pt-br

UASG: 926295

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 043/2025

1. OBJETO: O presente Termo de Referência tem como objeto a futura eventual **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO E MATERIAL PERMANENTE**, objetivando atender às necessidades da Câmara Municipal de Ji-Paraná, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento;

1.1 A licitação terá **02 (DOIS) itens**, conforme tabela constante abaixo e no **Anexo I do Edital**, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.1.1 Obs. Nome equivalente para o objeto de compra é o que se encontra neste edital e Anexo I Termo de Referência, devido ao catalogo do compras.gov não ter a especificação igual à do objeto de aquisição.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	CODIGO CAT/MAT
1	SCANNER DE MESA	03	204980
2	FRAGMENTADORA	02	473460

2.0 DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal www.gov.br/compras/pt-br.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como **firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances**, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do



Estado de Rondônia
CÂMARA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES - SUPECOL

provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. **Não poderão** disputar esta licitação:

2.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.5.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.5.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.5.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação **em decorrência de sanção que lhe foi imposta**;

2.5.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.5.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.5.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.5.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.5.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.5.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.6. O impedimento será aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, **com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada**, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas, lances e de julgamento.



Estado de Rondônia
CÂMARA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES - SUPECOL

- 3.2. Os licitantes encaminharão, **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.1.1 e 7.11.1 deste Edital.
- 3.4. No cadastramento da proposta inicial, **o licitante declarará, em campo próprio do sistema**, que:
- 3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
 - 3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
 - 3.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
 - 3.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa **deverá declarar**, ainda, **em campo próprio do sistema eletrônico**, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 3.7. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 3.8. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 3.9. A **falsidade da declaração** de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 3.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 3.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.



Estado de Rondônia
CÂMARA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES - SUPECOL

3.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, **após a fase de envio de lances**.

3.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.13.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.13.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.14.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.14.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.16. **Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.**

3.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Valor **total do ITEM**;

4.1.2. Marca;

4.1.3. Fabricante;

4.1.4. Quantidade.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.2.1. O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta **em quantitativo** inferior ao máximo previsto para contratação.

4.3. Nos valores propostos estarão **inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros** que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, **sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto**.



Estado de Rondônia
CÂMARA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES - SUPECOL

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento **serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.**

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em **conformidade com o que dispõe o Termo de Referência – Anexo I e a Carta Proposta - Anexo II do Edital**, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.7.1. O prazo de validade da proposta **não será inferior a 60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

4.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

4.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso **verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.**

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. O (a) pregoeiro (a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

5.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3. A não desclassificação da proposta **não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário**, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o (a) pregoeiro (a) e os licitantes.

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.



Estado de Rondônia
CÂMARA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES - SUPECOL

5.5.1 O lance deverá ser ofertado pelo **VALOR TOTAL DO ITEM.**

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 1,00 (um real).**

5.9. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

5.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.12. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.13. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

5.14. **Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.**

5.15. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia;

9.15.1. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

5.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o (a) pregoeiro (a) persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo (a) pregoeiro (a) aos



Estado de Rondônia
CÂMARA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES - SUPECOL

participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.20. O critério de julgamento adotado será o **MENOR VALOR TOTAL DO ITEM**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

5.21. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.22. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.23. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.24. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.25. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.26. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.27. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 45º da Lei Complementar nº 123/06.

5.28. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

5.29. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o (a) pregoeiro (a) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.



Estado de Rondônia
CÂMARA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES - SUPECOL

5.29.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.29.2 O (a) pregoeiro (a) solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital.

5.30. Após a negociação do preço, o (a) pregoeiro (a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.1.4. Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com o Estado de Rondônia – CAGEFIMP;

6.1.5. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

6.1.6. Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com o Município de Ji-Paraná-RO;

6.1.7 Certidão Negativa de Falência e concordata do seu estado.

6.2. A consulta aos cadastros será realizada **em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário**, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de **Ocorrências Impeditivas Indiretas**, o Pregoeiro diligenciará para verificar **se houve fraude** por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos **vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros**. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. **Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens Erro! Fonte de referência não encontrada. e 3.6 deste edital.**

6.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação



Estado de Rondônia
CÂMARA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES - SUPECOL

neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.6. **Será desclassificada** a proposta vencedora que:

- 6.6.1. conter vícios insanáveis;
- 6.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 6.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 6.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.7. No caso de **bens e serviços em geral**, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a **50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração**. (I.N. SEGES/ME Nº 73/2022)

6.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

- 6.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 6.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.8. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

- 6.8.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- 6.8.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;
- 6.8.3. No caso de **serviços de engenharia**, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a **75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado** pela Administração, independentemente do regime de execução.
- 6.8.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a **85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração**, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.9. **Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.**

6.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

- 6.10.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço



Estado de Rondônia
CÂMARA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES - SUPECOL

global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo **se limita a sanar erros ou falhas** que não alterem a substância das propostas;

6.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do bem, serviço ou da área especializada no objeto.

6.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no **ANEXO I deste Edital**, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou documentos digitais.



Estado de Rondônia
CÂMARA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES - SUPECOL

- 7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 7.6. Será verificado se o licitante apresentou **declaração de que atende aos requisitos de habilitação**, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
- 7.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a **declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos** para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 7.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, **declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos** para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 7.9. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 7.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais **quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir**. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).
- 7.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).
- 7.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).
- 7.11. **A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.**
- 7.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 7.11.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 7.12. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 7.12.1. **Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do neste Edital somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.**
- 7.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.



Estado de Rondônia
CÂMARA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES - SUPECOL

7.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, nos termos da Lei 14.133/21, art. 64 e IN 73/2022, art. 39, §4º, **não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência**, para:

7.13.1. complementação de informações acerca dos **documentos já apresentados** pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.13.2. atualização de documentos cuja **validade tenha expirado** após a data de recebimento das propostas;

7.14. **Na análise dos documentos de habilitação, poderá ser sanado erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.**

7.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

7.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

7.18. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA (ART. 66 da LEI 14.133/2021)

8.1.1 Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;

8.1.2 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, tratando-se de sociedade empresária;

Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedade empresária;

8.1.3 Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

8.1.4 Decreto de autorização, tratando-se de sociedade estrangeira no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedidos por órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

8.1.5 Comprovante de Inscrição do Microempreendedor Individual – MEI Os documentos acima deverão ser apresentados com todas as suas alterações, excluindo-se os casos de documentos expressamente consolidados.

9. HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA (art. 68 da Lei 14.133/2021)

9.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (**CNPJ**) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (**CPF**);



Estado de Rondônia
CÂMARA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES - SUPECOL

9.2 Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a **Tributos Federais** (inclusive às contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União;

9.3 Certidão de regularidade de débito com a **Fazenda Estadual**;

9.4 Certidão de regularidade de débito com a **Fazenda Municipal**, da sede ou do domicílio do licitante, relativa aos tributos mobiliários e incidentes sobre o objeto desta licitação;

9.5 Certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**) e

9.6 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - **CNDT** ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa.

10. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (art. 69 da Lei 14.133/2021)

10.1 Certidão Negativa de Ações de Falência, Concordata, Recuperação Judicial e Extrajudicial (Lei nº 11.101/05), expedida pelo distribuidor da sede da licitante, **nos últimos 90 (noventa) dias**, ou que esteja dentro do **prazo de validade expresso na própria Certidão**.

10.1.1 Na hipótese de apresentação de **certidão positiva de recuperação judicial**, o (a) Pregoeiro (a) verificará o se o plano de recuperação judicial da licitante foi homologado pelo juízo, conforme determina o artigo 58 da Lei 11.101/2005.

9.1.2 Caso a empresa licitante não tenha obtido acolhimento judicial do seu plano de recuperação judicial, **a licitante será inabilitada**, uma vez que não há demonstração de viabilidade econômica.

10.2 Balanço patrimonial (BP) e demonstração do resultado do exercício (DRE) e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, assinados pelo representante legal e pelo contabilista responsável, já exigíveis e apresentados na forma estabelecida por lei para cada porte, que comprovem a boa situação financeira da empresa, extraídos do livro diário, vedada a sua **substituição** por balancetes ou balanços provisórios.

10.2.1 Os documentos referidos no item .2 limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída **há menos de 2 (dois) anos**.

10.2.2 As empresas criadas **no exercício financeiro da licitação** deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

10.2.3 A boa situação financeira será medida quando os índices de LG, LC e SG forem superiores a 1, obtidos a partir das seguintes fórmulas:

a) LG – Liquidez Geral; ***Liquidez Geral L = Ativo Circulante+Ativo Não Circulante Realizável a Longo Prazo Passivo Circulante+Passivo Não Circulante***

b) LC – Liquidez Corrente; ***Liquidez Corrente = Ativo Circulante Passivo Circulante***

c) SG – Solvência Geral; ***Solvência Geral = Ativo Total Passivo Circulante+Passivo Não Circulante***

10.2.3.1 A demonstração dos índices econômicos previstos no item 10.2.3 poderá ocorrer através de declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos exigidos.



Estado de Rondônia
CÂMARA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES - SUPECOL

10.3.2.3 Quando qualquer, ou todos, os índices de Liquidez Geral, de Liquidez Corrente e de Solvência Geral, forem **iguais ou inferiores** a 1, a empresa deverá apresentar comprovação de patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

11. HABILITAÇÃO TÉCNICA

11.1. **Comprovação de aptidão** para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

11.2. A comprovação se dará mediante a apresentação de no mínimo um **ATESTADO** fornecido por pessoas de direito público ou privado, no qual se indique que a empresa já prestou, satisfatoriamente, serviços ou fornecimentos **iguais ou semelhantes** ao objeto desta licitação, independentemente da quantidade.

11.3. O (s) atestado(s)/certidões deverão estar necessariamente em nome do licitante, ser apresentados em papel timbrado, original ou cópia reprográfica autenticada, assinados por autoridade ou representante de quem os expediu.

11.3.1. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

12. OUTRAS COMPROVAÇÕES

a) Atende aos requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021);

b) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, IV da Lei nº 14.133/2021);

c) Suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, §1º da Lei nº 14.133/2021);

d) Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal (art. 68, VI da Lei nº 14.133/2021);

e) Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

f) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

g) está ciente da obrigação de manter o endereço da empresa atualizado junto ao órgão promotor da licitação, e de que as notificações e comunicações formais decorrentes da execução do contrato serão efetuadas no endereço que constar em seu preâmbulo e eu caso a empresa não seja encontrada, será notificada pelo Diário Oficial do Município acessível em <https://www.diariooficialjp.com.br/> ;

h) No caso de empresas em recuperação judicial, está ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador



Estado de Rondônia
CÂMARA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES - SUPECOL

judicial ou, se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido;

i) No caso de microempresas ou empresas de pequeno porte que a empresa não possui qualquer dos impedimentos previstos nos § 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações, assim como §§ 1º a 3º do art. 4º da Lei 14.133/2021, cujos termos declara conhecer na íntegra;

j) Não se enquadra em nenhuma das restrições de participação, conforme art. 14 da Lei nº 14.133/2021;

k) Está ciente sobre a observação das disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do Contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.

l) Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório

O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de **03 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser **manifestada imediatamente**, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer **será de 10 (dez) minutos**.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **03 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento das peças.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.



Estado de Rondônia
CÂMARA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES - SUPECOL

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de **03 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados sítio eletrônico <https://www.jiparana.ro.leg.br/> - Portal da Transparência.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1 A empresa Contratada, quando em posse da Nota de Empenho, além de outras formas decorrentes, como por exemplo: contratos, autorização de compras, ordem de serviços ou instrumentos semelhantes, que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir os preceitos legais (ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificado e comprovado), sem prejuízo de outras sanções pertinentes à espécie, e observada à gravidade da ocorrência e ao disposto na Lei Federal nº. 14.133/21 poderá, garantida a prévia e ampla defesa, sofrer as seguintes sanções:

I. advertência;

II. multa, salvo previsão diversa neste instrumento convocatório ou no contrato, de:

- a) 0,1% ao dia sobre o valor total do empenho, no caso de atraso injustificado para a entrega/execução, limitada a incidência a 15 (quinze) dias;
- b) 0,5% sobre o valor total do empenho, no caso de atraso injustificado por período superior ao previsto na alínea “a”;
- c) 0,5% ao dia sobre o valor do produto/execução do serviço, no caso de atraso injustificado para substituição, limitada a incidência a 10 (dez) dias;
- d) 08% sobre o valor do produto/execução do serviço, na hipótese de atraso por período superior ao previsto na alínea “c”;
- e) 10% sobre o valor total adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida.

III. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ/RO, por prazo não superior a 2 (dois) anos, considerando especialmente os seguintes critérios para a dosimetria da pena:

- a) por seis meses - nos casos de reiterado inadimplemento por culpa, assim compreendida situação que a contratada poderia evitar, compensar ou por iniciativa própria tempestivamente regularizar;
- b) por um ano – nas hipóteses de atos ilícitos culposos;
- c) por dois anos – em situações em que ação culposa da contratada causar severo prejuízo à execução do contrato, ou acarretar expressivo danos ao erário, ao patrimônio público ou à regularidade dos serviços.



Estado de Rondônia
CÂMARA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES - SUPECOL

IV.declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 5 (cinco) anos, até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.1 Se a multa for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

14.2 As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 14.1 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II.

14.3 A reabilitação tratada no inciso IV do item 14.1 poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação, sendo concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes.

14.4 Considerar-se-á suscetível de pena de declaração de inidoneidade a ação ou omissão dolosa da contratada, especialmente nas seguintes situações:

- I. não atendimento reiterado de determinações expressas do contratante quanto ao regular cumprimento das obrigações estabelecidas em contrato;
- II. ensejar pagamento por indenização ou a celebração de contratação emergencial, em detrimento do interesse público;
- III. ocasionar a anulação ou cancelamento de item que integre Ata de Registro de Preços, ou repercutir além do MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ, em mais de um órgão público ou entidade administrativa;
- IV. ensejar dano ao meio ambiente ou ao patrimônio histórico, artístico ou cultural;
- V. uso de documento falso, ou emprego de simulação ou qualquer meio ardiloso para justificar descumprimento contratual ou obter proveito indevido; e
- VI. manifesta má-fé de preposto, dirigente ou qualquer representante credenciado, com vistas a ocultar irregularidade grave ou facilitar obtenção de vantagem ilícita.

14.5 Os contratos firmados em momento anterior à declaração de inidoneidade não devem ser necessariamente rescindidos em razão exclusiva da penalidade, uma vez que a sanção não tem o efeito imediato e automático de invalidar as avenças já firmadas. Poderá a Administração, entretanto, promover a rescisão, se identificar real risco à continuidade, aplicando as sanções na Lei vigente.

14.6 A autorização de compra, ordem de execução de serviço ou expediente similar ao instrumento de contrato deverão consignar quais sanções são previstas no caso de descumprimento total ou parcial da obrigação.

14.7 Nos casos em que a entrega do produto ou a prestação do serviço ocorrer de forma fracionada, a multa prevista no inciso II incidirá apenas sobre a parcela que estiver em atraso.

14.8 Na fixação de qualquer pena, além dos critérios específicos para cada caso, serão considerados os antecedentes, os atenuantes e o dano advindo da conduta.

14.9 Considera-se reincidência a prática de quaisquer condutas ilícitas apenadas nos últimos 5 (cinco) anos por decisão administrativa irreversível.

14.10 São circunstâncias atenuantes:



Estado de Rondônia
CÂMARA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES - SUPECOL

- I. a ação do infrator não ter sido fundamental para a consecução do fato;
- II. ser o infrator primário perante a Administração Pública Municipal;
- III. ter o infrator adotado as providências para minimizar as consequências decorrentes do ato;
- IV. ter o infrator adotado as providências para reparar integralmente as consequências decorrentes do ato; e
- V. ter o contrato valor não superior a 10% (dez por cento) do limite estabelecido para compras e serviços que não sejam de engenharia, na modalidade de convite.

14.11 Na avaliação do prejuízo advindo para a Administração Pública deve ser verificado o dano ao patrimônio material ou ao regular funcionamento da atividade administrativa, em face de decorrer da conduta ilícita quaisquer dos seguintes eventos:

- I. destruição ou avaria de bens afetados a um serviço ou às instalações físicas da Prefeitura e suas unidades administrativas;
- II. desabastecimento de produto essencial, assim considerado aquele cuja supressão possa comprometer a saúde e a segurança de pessoas;
- III. comprometimento parcial do regular funcionamento da Prefeitura, em quaisquer dos seus órgãos, ou da prestação do seu serviço jurisdicional; e
- IV. interrupção efetiva da prestação de qualquer serviço relevante.

14.12 Nas licitações originárias de pregão, ficará impedido de licitar e contratar com o Município de Ji-Paraná, e será solicitado descredenciamento no SICAF e nos demais sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, aquele que:

- I. convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;
- II. deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- III. ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- IV. não manter a proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato; e
- V. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

14.13 A penalidade a que se refere o item anterior será aplicada sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

14.14 A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública é de competência exclusiva do Prefeito, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista.

14.15 As demais sanções serão aplicadas pelo gestor da Pasta, obedecidas as garantias previstas em lei e no presente regulamento.

14.16 A Administração Pública obedecerá aos seguintes procedimentos para apurar responsabilidade do contratado:

- I. expedirá citação ao contratado para que, querendo, apresente defesa no prazo legal;
- II. encaminhará a defesa, se apresentada, à Pasta de origem para que se pronuncie sobre as razões apresentadas;



Estado de Rondônia
CÂMARA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES - SUPECOL

III. deliberará sobre eventuais medidas de esclarecimento, de ofício ou a requerimento;
e

IV. apresentará as suas conclusões à Autoridade Competente para decisão ou deliberação.

14.17 A citação será expedida via Correios, com aviso de recebimento, ou entregue pessoalmente ao preposto, mediante recibo, da empresa quando autorizado na Carta de Preposto.

14.18 Em casos de recusa, ocultação e de não localização da pessoa a ser citada, serão adotadas as medidas correspondentes previstas na legislação processual, conforme o caso.

14.19 Para efeitos de produção de provas que sejam pertinentes e relevantes, serão adotados os critérios do Código de Processo Civil.

14.20 A decisão será publicada no Diário Oficial do Município e notificada ao contratado pelo Gabinete do Prefeito, por intermédio do preposto ou pelos Correios, com aviso de recebimento.

14.21 Das decisões de competência do gestor da Pasta caberão recursos, em prazo de 5 (cinco) dias úteis.

14.22 Nas declarações de inidoneidade, caberá pedido de reconsideração ao Prefeito, a ser interposto no prazo de 10 (dez) dias úteis.

14.23 O pedido de reconsideração e os recursos não terão efeito suspensivo, que poderá ser requerido pela parte interessada, fundamentando-o em razões de relevância, a ser apreciado pela autoridade.

14.24 A Administração Pública encaminhará notícia da penalidade para registro, conforme o caso, no SICAF e no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar com a Administração Pública Municipal.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido **até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame**.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até **03 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. **A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do endereço eletrônico supecol@jiparana.ro.leg.br e confirmado através do telefone/WhatsApp (69) 9-9228-1273, das 7:30hs às 13:30hs (horário local).**

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e será motivada pelo (a) pregoeiro (a), nos autos do processo de licitação.

15.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.



Estado de Rondônia
CÂMARA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES - SUPECOL

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF, salvo expressamente consignado outro parâmetro.
- 16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, **excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.**
- 16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 16.9. **Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.**
- 16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.jiparana.ro.leg.br/>.
- 16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 16.11.1. **ANEXO I** - Termo de Referência;
- 16.11.1.1. **Apêndice do ANEXO I** – Estudo Técnico Preliminar
- 16.11.1.2. **Apêndice do ANEXO I** – Gerenciamento de Risco
- 16.11.2. **ANEXO II** – Carta Proposta (modelo).

17. DO FORO

- 17.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Ji-Paraná-RO, em detrimento de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para julgar toda e qualquer demanda oriunda do presente Edital.

Ji-Paraná/RO, xx de xxxxxxxx 2025.

THIAGO SILVA GUIMARÃES
Superintendente de Compras e Licitação da CMJP

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO:

Aquisição de **03 (três) scanners de mesa e 02 (duas) fragmentadoras**, visando atender a demanda reprimida e repor os equipamentos obsoletos da Câmara Municipal de Ji-Paraná.

2. JUSTIFICATIVA:

É necessário efetuar novas aquisições de equipamentos eletroeletrônicos para atender a demanda reprimida, promover atualizações dos equipamentos que hoje se encontram obsoletos. Com esses equipamentos iremos melhorar a efetividade, eficiência e a eficácia na produtividade dos serviços administrativos.

As aquisições dos novos equipamentos eletroeletrônicos atualizados irão ajudar a resolver os problemas crônicos que esta Casa de Leis vivencia com equipamentos antigos, lentos, inseguros e não compatíveis com os softwares mais recentes. Que levam a atrasos no trabalho, erros e frustrações na eficácia. Além disso, os equipamentos antigos têm enormes problemas de lidar com o aumento de demanda por serviços online.

Desta feita, são necessários equipamentos mais rápidos, seguros e compatíveis com os softwares mais recentes. Isso irá melhorar a eficiência e a produtividade, redução nos custos já que os equipamentos antigos exigem reparos e manutenção mais frequentes, o que aumentam os custos de operação. Os equipamentos novos são mais duráveis e exigem menos manutenção, o que reduz os custos de operação.

Portanto, entende-se que o serviço público, como atividade de interesse coletivo, visando a sua aplicação diretamente à população, não pode parar, devendo ser sempre contínuo, pois sua paralisação total, ou até mesmo parcial, poderá acarretar prejuízos aos seus usuários, e não somente a eles, tendo em vista que destes poderão ser exigidos ressarcimentos e até mesmo indenizações, que podem recair aos próprios servidores públicos.

Diante de todo o exposto e, para que a Câmara Municipal de Ji-Paraná não tenha seus trabalhos interrompidos, resta claro que o objeto em apreço é de grande necessidade, razão pela qual as aquisições se justificam.

3. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO:

Velocidades de produção: 50 ppm/100 ipm

Capacidade do alimentador: até 80 folhas de papel de 80g/m² (20lb.) Contínuo

Conectividade: USB 3.2 Gen 1x1, compatível com USB 2.0

Tamanho máximo do documento: 216mm x 356mm e 216mm x 3000mm

Tamanho mínimo do documento: 52 mm x 52 mm

Espessura e peso do papel: Papel de 27-433 g/m² (7,2 160lb.), Espessura de cartão grosso de até 1,25 (0,05 pol.)

Resolução máxima de captura óptica: 600 dpi

Acessórios e suprimentos: Acessório defletor de empilhamento, Mesa digitalizadora modular integrada A4/Ofício, Acessório de mesa digitalizadora modular A3, Kit de rolo de alimentação, Kit de rolo da esteira de pré-separação.

Software incluído: Smart touch, captured pro limited edition

Segurança de dados: processa os dados digitalizados exclusivamente por meio da memória volátil, garantindo que os dados da imagem sejam efetivamente apagados após o desligamento.

Requisitos elétricos: 100-240V (internacional); 50-60Hz

Opções de resolução de saída de imagem: Até 1200 dpi

Formato de arquivo de saída: BMP, JPEG, TIFF de página única, Microsoft Excel, Microsoft Word, TIFF de várias páginas, PDF, PDF com texto pesquisável, PNG e RTF.

Compatibilidade com sistemas operacionais: WINDOWS Server 2012 R2 edições x64, WINDOWS Server 2016 R2 edições x64, WINDOWS Server 2019 R2 edições x64, WINDOWS Server 2022 R2 edições x64 Editions, WINDOWS Server 2011 SP3 (32 bits e 64 bits), WINDOWS 10 (32 bits e 64 bits) e WINDOWS 11 (32 bits e 64 bits).

Configuração recomendada para o PC: Configuração mínima do PC com aplicativo de digitalização: Processador Core i3 ou mais rápido, pelo menos 4GB de RAM (Microsoft Windows)

Fragmentadora de papéis no mínimo 10 folhas

Cesto com capacidade no mínimo 10 litros

Possui proteção contra superaquecimento

Corta em tiras de 6mm

Até 10 folhas A4 (75g/m²)

Voltagem 220V

Tecnologia, drivers e fragmentadora: Padrão

4. DA ESTIMATIVA DE VALORES

4.1 O valor estimado é obtido de Cotação prévia pesquisa de mercado, direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação com empresas do seguimento do objeto pretendido, para efeito de comparação de preços mercadológicos. Todavia, tal levantamento de preço é estimativo inicial, podendo sofrer alterações, quando da pesquisa de preço realizado pela Superintendência de Compras (SUPECOL).

VALOR ESTIMADO (GLOBAL): R\$ 13.444,71

5. DA FORMA, PRAZO E LOCAL:

A aquisição se dará pela escolha do fornecedor que cumpra as garantias, conforme necessidades de reparos e manutenções técnicas nos equipamentos adquiridos, e, de quem apresentar menor preço por item.

O fornecimento será efetuado com prazo de entrega não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do recebimento da autorização final. Os produtos deverão ser entregues na sede da Câmara Municipal de Ji-Paraná, na Avenida Dois de Abril, 1.571 Palácio Abel Neves bairro Urupá, CEP. 76.900-181, Ji-Paraná, Estado de Rondônia.

No caso de impossibilidade de entrega no prazo acima estipulado, a contratada deverá apresentar, dentro deste prazo, justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes; e de impedimento de sua execução, por fato ou ato de terceiros, reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência, podendo a justificativa ser aceita ou não; caso não seja aceita, incorrerá a contratada nas sanções previstas em lei.

Estará caracterizado o compromisso de entrega dos produtos, bem como de empenho e pagamento da despesa, apenas mediante assinatura do contrato ou emissão do documento equivalente, exclusivamente sobre o conteúdo nele disposto.

A contratada deverá executar o fornecimento utilizando-se dos materiais, técnicas e equipamentos e ferramentas e utensílios necessários à perfeita execução contratual, conforme disposto neste Termo de Referência.

Os preços ajustados já levam em conta todas e quaisquer despesas incidentes na prestação de serviços, tais como serviços de frete, pedágios, viagens, tributos, transporte, obrigações trabalhistas, previdenciárias, garantia, entre outros.

6. GARANTIA:

A contratada deverá comprometer-se a prestar a garantia mínima de 12 (doze) meses estabelecida nas especificações de cada produto constante deste Termo de Referência, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante e assistência técnica em Ji-Paraná, Rondônia.

O início do período de garantia dar-se-á na data do recebimento definitivo dos produtos.

As hipóteses de exclusão da garantia são as seguintes:

Os danos provocados por imperícia ou negligência dos usuários;

Armazenamento inadequado dos produtos.

A movimentação dos produtos entre unidades da Contratante efetuado com recursos próprios NÃO exclui a garantia.

É de responsabilidade da CONTRATADA o ônus da prova da origem das falhas.

Aplicam-se subsidiariamente ao Contrato Administrativo as cláusulas estabelecidas no Código de Defesa do Consumidor CDC, Lei nº 8.070 de 11 de setembro de 1990.

A contratada será responsável por efetuar a qualquer tempo, dentro do prazo de garantia, e sem ônus para a Contratante, a substituição dos produtos objeto deste Termo de Referência, quando os mesmos apresentarem irregularidades de fábrica ou divergência em relação às especificações exigidas.

A substituição dos produtos, caso seja necessária, deverá ser efetivada em até 7 (sete) dias úteis, contados da comunicação realizada pela Contratante.

7. RESPONSABILIDADES:

a. São obrigações da Contratante:

Comunicar à contratada qualquer irregularidade que venha a ocorrer durante a execução do contrato;

Atestar a execução do objeto contratado no documento fiscal correspondente;

Cumprir e fazer cumprir as cláusulas contratuais;

Efetuar o pagamento nas datas previstas neste instrumento;

Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitadas pela CONTRATADA, relativamente ao objeto licitado;

Fiscalizar a entrega do objeto contratado, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da contratada pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;

Rejeitar o objeto do contrato em razão de má execução ou desconformidade com as especificações constantes neste edital e na proposta comercial;

b. São obrigações da Contratada:

Executar o objeto, de acordo com as especificações contidas no Termo de Referência, obedecendo rigorosamente às normas inerentes à atividade e instruções da fiscalização

Contratante.

Informar à fiscalização do contrato a ocorrência de quaisquer atos, fatos ou circunstâncias, que possam atrasar ou impedir a execução, do objeto desta licitação, dentro do prazo previsto, sugerindo medidas para corrigir a situação.

Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Termo de Referência, sob pena de rescisão do contrato administrativo.

Não ceder ou transferir a terceiro, no todo ou em parte, o objeto deste processo licitatório.

Responder pelos atos de seus empregados, bem como por eventuais danos ou prejuízos causados à Contratante ou a terceiros, por si, seus prepostos e empregados.

Garantir a qualidade dos serviços objeto da contratação, cumprindo fielmente as especificações contidas nesse Termo de Referência e no Instrumento Contratual.

8. CONDIÇÕES PARA O PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado, até 30 (trinta) dias contado da data do recebimento da nota fiscal, desde que a totalidade do objeto contratado tenha sido executada, atestada e aprovada pelo Fiscal/recebedor, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e contracorrente indicados pela Contratada, e em nome desta, respeitando a IN 07/2017/CMJP.

A CONTRATADA deverá emitir uma nota fiscal com os dados constantes da Nota de Empenho.

Após entrega dos bens a empresa deverá encaminhar a Câmara Municipal, Nota Fiscal correspondente a quantidade de bens entregue contendo valor unitário e valor total. Junto com a fatura a empresa deverá apresentar certidões comprovando que mantém as condições de habilitação.

A CONTRATADA somente fará jus ao pagamento mediante demonstração do cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, bem como a quitação dos impostos e taxas que porventura incidam sobre a contratação.

Os pagamentos a serem efetuados em favor da contratada estarão sujeitos à retenção, na fonte, do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas IRPJ, nos termos do Decreto Municipal nº 1330/2023 c/c IN 1234/RFB/2012. O valor da retenção deverá constar nas respectivas notas fiscais.

A contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123 de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar. (Anexo IV da IN 1234/RFB/2012). Além disso a condição de optante pelo Simples Nacional deverá constar nas respectivas notas fiscais.

Havendo erro no documento de cobrança, ou outra circunstância imputável à Contratada, que impeça a liquidação da despesa, tal como pendência de multa, o pagamento será susinado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras necessárias, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou de correção monetária.

09. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Os recursos orçamentários necessários para aquisição do objeto dessa licitação correrão à conta da dotação orçamentária específica abaixo:

Câmara Municipal de Ji-Paraná:

01 Poder legislativo

01.01 Câmara municipal

010101 Câmara de vereadores

Legislativa

031 ações legislativa

01 031 0001 administrando competência e responsabilidade

01 031 0001 2001 0000 manutenções dos serviços administração geral da Câmara

4.4.90.52.0 Equipamentos e material permanente

10. DOCUMENTAÇÃO:

Para fazer jus à contratação, o contratado deverá apresentar a seguinte documentação:

Regularidade no SICAF;

Prova de inscrição no CNPJ;

Registro comercial, no caso de empresa individual; Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e suas alterações, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

Cópia do documento de identidade do representante legal da empresa e/ou do responsável pela assinatura da proposta, neste último caso, acompanhado de instrumento de mandato público ou particular, com poderes específicos para tal ato;

Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

Declaração que não emprega menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz;

Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município;

Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de certidão emitida pelo órgão competente do Estado;

Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, fornecida pela Secretaria da Receita Federal ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII - A da CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943 CNDT.

11. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

O contratado que incorrer em alguma infração poderá sofrer as seguintes penalidades, nos termos dos arts. 155 e 156 da Lei 14.133/2021:

Advertência, quando der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar imposição de penalidade mais grave;

Multa, sobre o valor do contrato, nos seguintes percentuais:

- Multa de 5% (cinco por cento);
- Der causa à inexecução parcial do contrato;
- Multa de 7,5% (sete e meio por cento);
- Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- Multa de 10% (dez por cento);
- Der causa à inexecução total do contrato;
- Multa de 12,5% (doze e meio por cento);
- Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- Multa de 15% (quinze por cento);
- Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Impedimento de licitar e contratar, nos seguintes casos:

- Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- Der causa à inexecução total do contrato;
- Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, nos seguintes casos:

- Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
- Pelo cometimento das infrações previstas no item III, quando justifiquem a imposição de penalidade mais grave do que o impedimento de licitar e contratar.

12. PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO:

A fiscalização, autorização, conferência e recebimento do objeto serão realizados por servidor da Contratante, conforme a Resolução nº 204/2024/CMJP.

13. FORO

13.1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Comarca de Ji-Paraná, Estado de Rondônia.

Ji-Paraná, 14 de fevereiro de 2025.

(Assinatura eletronicamente)
RUBSON JOSÉ ALVES DE FREITAS
DIRETOR GERAL

Av. 02 de Abril, 1571 - Urupá - Ji-Paraná/RO - CEP: 76.900-181
Contato: (69) 3416-6500 - Site: www.jiparana.ro.leg.br - CNPJ: 04.380.325/0001-06



Documento assinado eletronicamente por **RUBSON JOSÉ ALVES DE FREITAS, DIRETOR GERAL**, em 14/02/2025 às 12:24, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 18 da [Resolução nº 187 de 08/12/2020](#).



Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por **MARCELO JOSE DE LEMOS, PRESIDENTE DA CMJP**, em 20/02/2025 às 11:32, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 18 da [Resolução nº 187 de 08/12/2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.jjparana.ro.leg.br, informando o ID **107396** e o código verificador **9145A96B**.

Cientes

Seq.	Nome	CPF	Data/Hora
1	WILLYAN FERREIRA VITAL	***.319.842-**	20/02/2025 11:14

Referência: [Processo nº 1-43/2025](#).

Docto ID: 107396 v1

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

PROCESSO: 43/2025

ÓRGÃO SOLICITANTE: Câmara Municipal de Ji-Paraná

SETOR SOLICITANTE: Direção Geral

RESPONSÁVEL: Rubson José Alves de Freitas

1. INTRODUÇÃO:

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento da contratação e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

2. NECESSIDADE/SOLICITAÇÃO:

A aquisição de um scanner e uma fragmentadora de papel para a Câmara Municipal de Vereadores é essencial para modernizar os processos administrativos e garantir a segurança documental. O scanner facilita a digitalização, reduzindo o uso de papel, otimizando o arquivamento e agilizando o acesso às informações. Já a fragmentadora assegura o descarte seguro de documentos sigilosos, evitando vazamento de dados.

Essa medida atende aos princípios da administração pública, promovendo eficiência, transparência e legalidade, além de estar em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), prevenindo riscos e garantindo a proteção das informações. Assim, a aquisição desses equipamentos contribui para a melhoria da gestão e do atendimento às exigências normativas, fortalecendo a segurança e a organização documental da Câmara Municipal.

3. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL:

Informamos que não foi formalizado plano anual de contratação para o exercício de 2025, todavia, a necessidade a ser atendida encontra-se alinhada as leis orçamentárias, sendo elas: Lei de Diretrizes Orçamentária nº 3710/24 e Lei de Orçamento Anual nº 3732/24.

4. LEVANTAMENTO DE MERCADO:

Tendo a informação da necessidade do Órgão consubstanciada no documento de formalização da demanda (ID 107291), foi realizado estudo para o levantamento de mercado para análise das alternativas possíveis para a solução da demanda.

O levantamento de mercado leva em consideração as alternativas possíveis para a soluções da necessidade tendo como base as condições técnicas, econômicas, sociais e ambientais.

SOLUÇÃO 1:

Considerando que a natureza da necessidade a ser atendida é aquisição de scanner e fragmentadora de papel para atender as atividades administrativas e legislativas desta Casa de Leis;

Considerando a necessidade do uso constante pelos departamentos dos itens elencados;

Considerando não haver outra solução possível nos níveis técnico, social, econômico e ambiental.

Apontamos que a solução preliminar apresentada no Documento de Formalização de Demanda (DFD) de **Aquisição de Scanner e Fragmentadora de papel** é a única opção para atender da demanda.

5. ESTIMATIVA DE QUANTITATIVO:

Para atender a demanda a Direção Geral apresentou listagem de bens a serem adquiridos conforme levantamento realizado pelo mesmo setor de acordo com a demanda levantada na omstituição.

Assim sendo, temos a seguinte estimativa de quantitativo para atender a 17 gabinetes e todos os departamentos.

Item	Quant.	Med.	Código Cat/mat	Descrição
1	03	UND	204980	SCANNER DE MESA
2	02	UND	473460	FRAGMENTADORA

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

A aquisição ora sugerida poderá ocorrer de única vez através de procedimento de licitação, e a entrega dos bens em entrega única, haja vista que o Órgão já destinará os itens para os departamentos para o desenvolvimento das atividades administrativas.

7. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO:

A contratação será divida por itens uma vez tratam-se de bens comuns que não são interdependentes e que pode ser adquirido com *critério de julgamento menor preço por item*.

8. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS:

Com a aquisição tratada no processo esperamos o atendimento das demandas administrativas que darão suporte para a execução dos trabalhos.

9. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

Para a aquisição deverá ser exigido:

- Que os produtos tenham a qualidade para o fim que se destinam com padrões aceitáveis de mercado.
- Os produtos deverão ser entregues, pelas empresas vencedoras, na sede da Câmara Municipal de Ji-Paraná, na Avenida Dois de Abril, 1.571 – Palácio Abel Neves – Bairro Urupá, CEP. 76.900-181, Ji-Paraná, Estado de Rondônia
- Os preços ajustados já levam em conta todas e quaisquer despesas incidentes na prestação de serviços, tais como serviços de frete, pedágios, viagens, tributos, transporte, obrigações trabalhistas, previdenciárias, garantia, ente outros.
- Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes do Termo de Referência, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- A entrega deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias após a solicitação do produto.

10. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO:

Foi realizado levantamento prévio de preço através do sítio eletrônico especializado especializado denominado “Banco de Preço” cujos valores estão individualizados, chegando ao total previsto para a contratação de R\$ 13.444,71 (valor global) conforme tabela abaixo e cópia da cotação realizada que segue anexa a este Estudo Técnico Preliminar.

Item	Quant.	Med.	Descrição	Valor unitário estimado	Valor total estimado
1	03	und	SCANNER DE MESA	4.118,63	12.355,89
2	02	und	FRAGMENTADORA	544,41	1088,82
TOTAL ESTIMADO				13.444,71	

11. IMPACTOS AMBIENTAIS:

Com a implementação dos processos eletrônicos e outras medidas de diminuição do consumo dos itens de papelaria em geral, espera-se que o impacto ambiental seja diminuído ao longo desta contratação.

Outra medida para diminuição do impacto ambiental é o descarte adequado dos bens que pode ocorrer com a adoção de política de separação de lixo que possibilite a reciclagem do mesmo.

a) Contratações Correlatas e/ou Interdependentes:

Não há contratações correlatas ou interdependentes relacionadas ao item a ser adquirido.

12. JUSTIFICATIVA DA VIABILIDADE:

Diante do exposto, verifica-se que a aquisição do item que consta neste estudo, nas condições e quantidades descritas, são importantes para o desenvolvimento das atividades administrativas. Considerando as necessidades e restrições da Câmara Municipal, recomenda-se a aquisição planejada com base no histórico de consumo, visando eficiência e economicidade.

Dessa forma, constatamos a viabilidade da contratação nos moldes aqui estabelecidos

Ji-Paraná, 14 de fevereiro de 2025.

(assinatura eletronicamente)
RUBSON JOSÉ ALVES DE FREITAS
DIRETOR GERAL

CÂMARA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ
Estado de Rondônia

Mapa de Gerenciamento de Riscos

Processo Administrativo nº 43/2025

AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO E MATERIAL PERMANENTE.

Ji-Paraná, 14 fevereiro de 2025

MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

1 INTRODUÇÃO:

O gerenciamento de risco faz parte da fase inicial de planejamento das contratações que permitem ações contínuas de planejamento, organização e controle dos recursos relacionados aos riscos que possam comprometer o sucesso da contratação, da execução do objeto e da gestão contratual.

Para cada risco identificado será definido: a probabilidade de ocorrência dos eventos, os possíveis danos e impactos caso o risco ocorra, possíveis ações preventivas e de contingência (respostas aos riscos), a identificação de responsáveis pelas ações, bem como o registro e o acompanhamento das ações de tratamento dos riscos.

Os riscos serão classificados como “baixo, médio e alto” pela administração e deverão ser considerados nas fases de planejamento, seleção de fornecedor e gestão do contrato.

2 FASE DE ANÁLISE: PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

RISCO 01: Falta nomeação de equipe de planejamento e possível atraso na formalização do processo.

Probabilidade	Baixa ()	Média ()	Alta (X)
Impacto	Baixo ()	Médio ()	Alto (X)

Possível dano:

- a) Prejuízo ao atendimento das demandas necessárias para o bom andamento dos serviços do Poder Legislativo e desabastecimento de bens;
- b) Inadequação da solução apresentada por falta de melhor análise
- c) Não conclusão do processo em tempo hábil, acarretando o atraso nas fases subsequentes
- d) Processo com inconsistências técnicas

Ações de prevenção:

Ação	Responsável
Indicação tempestiva dos integrantes da equipe de planejamento para que as necessidades sejam quantificadas e qualificadas adequadamente conforme a necessidade de cada setor.	Setor Solicitante e autoridade competente
Organizar rotinas de trabalho baseadas nas prioridades eleitas pela autoridade competente Responsável	Responsável pela administração.

Ação de contingência:

Ação	Responsável
Nomeação de equipe permanente ou responsáveis no departamento.	Autoridade competente

RISCO 02: Descrição inadequada do objeto a ser adquirido ou serviço a ser contratado.

Probabilidade	Baixa ()	Média ()	Alta (X)
Impacto	Baixo ()	Médio ()	Alto (X)

Possível dano:

- a) Atraso na instrução processual para correção;
- b) Contratação ou aquisição errada diversa da necessidade.

Ações de prevenção:

Ação	Responsável
Verificação adequada do objeto ou serviço antes da formalização do processo conforme as ofertas de mercado	Departamento solicitante

Ação de contingência:

Ação	Responsável
Retorno do processo ao setor solicitante para correção antes da realização da aquisição	Departamento solicitante/ SUPECOL/procuradoria/ controle interno/ contabilidade

RISCO 03: Realização de termo de referência inadequado

Probabilidade	Baixa ()	Média (x)	Alta ()
Impacto	Baixo ()	Médio ()	Alto (x)

Possível dano:

- c) Atraso na instrução processual para correção;
- d) Processo de contratação ou aquisição sem as condições necessárias para a perfeita condução processual.

Ações de prevenção:

Ação	Responsável
O setor solicitante deve ter uma minuta para balizar suas solicitações e ter rotina de revisão e checklist para a elaboração do termo de referência	Departamento solicitante.

Ação de contingência:

Ação	Responsável
Solicitar a revisão do termo de referência para	SUPECOL/procuradoria

a adequações necessárias pelo setor solicitante	/ controle interno/ contabilidade
---	--------------------------------------

RISCO 04: Levantamento aquém ou além da demanda necessária

Probabilidade	Baixa (x)	Média ()	Alta ()
Impacto	Baixo ()	Médio (x)	Alto ()

Possível dano:

- a) Desabastecimento do material;
- b) Perda de material por falta de uso;
- c) Dano ao erário.

Ação	Responsável
Realizar ampla pesquisa nos registros, almoxarifado e patrimônio antes de realizar a solicitação.	Departamento solicitante

Ações de prevenção:

Ação	Responsável
Verificação em sistemas de controle e pesquisa física em almoxarifado quanto do início do processo.	Departamento solicitante

Ação de contingência:

Ação	Responsável
Realizar a compra por meio de licitação para evitar dispensa ilegal	SUPECOL
Realizar novo procedimento	Setor solicitante.

3. FASE DE COMPRA OU CONTRATAÇÃO: INSTRUÇÃO PROCESSUAL E SELEÇÃO DO FORNECEDOR

RISCO 05: Indisponibilidade financeira para a contratação

Probabilidade	Baixa (X)	Média ()	Alta ()
Impacto	Baixo ()	Médio (x)	Alto ()

Possível dano:

- a) Formalização de processo frustrado com uso da dos serviços administrativos de forma ineficiente.

Ação	Responsável
Maior planejamento nas contratações	Setor administrativo

Ações de prevenção:

Ação	Responsável
Verificação de solde de ficha orçamentária antes da formalização do processo	Departamento solicitante/ Contabilidade

Ação de contingência:

Ação	Responsável
Anulação do processo ou Reprogramação financeira.	Gestor

RISCO 06: Contratação com preço acima da média do mercado

Probabilidade	Baixa (x)	Média ()	Alta ()
Impacto	Baixo ()	Médio ()	Alto (x)

Possível dano:

Aquisição com preço acima da média do mercado, dano ao erário e cometimento de crime.

Ações de prevenção:

Ação	Responsável
Realizar ampla pesquisa de preço obedecendo a legislação específica para tal fim	SUPECOL
Dar ampla publicidade para que um número maior de empresas participem	SUPECOL

Ação de contingência:

Ação	Responsável
Cancelamento da aquisição	Autoridade competente
Não adjudicação e homologação do objeto	Autoridade competente

RISCO 07: Impugnações ou recursos administrativos/judiciais na licitação

Probabilidade	Baixa ()	Média (x)	Alta ()
Impacto	Baixo ()	Médio (x)	Alto ()

Possível dano:

a) Registro de impugnações e atraso no procedimento de compra;

Ação	Responsável
Edital e termo de referência consolidados	Departamento solicitante/SUPECOL/Jurídico

Ações de prevenção:

Ação	Responsável
Edital devidamente estruturado e em conformidade com a legislação vigente.	SUPECOL/Jurídico

Ação de contingência:

Ação	Responsável
Revisão Jurídica e republicação do edital	SUPECOL/Jurídico

RISCO 08: Participação de empresas desqualificadas

Probabilidade	Baixa ()	Média ()	Alta (X)
Impacto	Baixo ()	Médio ()	Alto (X)

Possível dano:

- a) Aquisição irregular por não habilitação do fornecedor e dano ao erário;

Ação	Responsável
Elencar nos documentos de consolidação processual os requisitos de habilitação do fornecedor e capacidade financeira	Departamento solicitante/SUPECOL/Jurídico

Ações de prevenção:

Ação	Responsável
Exigência clara de documentos de habilitação e análise rigorosa das propostas	SUPECOL

Ação de contingência:

Ação	Responsável
Desclassificação imediata e convocação do próximo classificado	SUPECOL

4. FASE EXECUÇÃO DE CONTRATO E ENTREGA DE BENS

RISCO 09: Atraso na entrega e/ou entrega de materias em desacordo com o pedido.

Probabilidade	Baixa ()	Média ()	Alta (X)
Impacto	Baixo ()	Médio ()	Alto (X)

Possível dano:

- a) Não atendimento da necessidade de compra, possível atraso nas atividades relacionadas na casa.

Ação	Responsável
Solicitação de compra com antecedência mínima para	Departamento

estruturação e execução/entrega com margem de segurança.	solicitante
--	-------------

Ações de prevenção:

Ação	Responsável
Definir penalidades e fazer o acompanhamento rigoroso dos prazos, bem como acompanhar e certificar o recebimento.	Departamento solicitante

Ação de contingência:

Ação	Responsável
Aplicação de multa e/ou penalidades, rejeição imediata dos materiais.	Departamento solicitante

5. CONCLUSÃO

O mapa de risco permite a identificação e os meios possíveis de mitigação das ameaças que podem insurgir no decorrer do processo de contratação à execução do contrato, de modo a garantir maior eficiência, transparência e segurança jurídica na aquisição dos materiais de expediente.

Ji-Paraná, 14 fevereiro de 2025.

(Assinatura eletronicamente)
RUBSON JOSÉ ALVES DE FREITAS
DIRETOR GERAL

CÂMARA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ
Estado de Rondônia

Mapa de Gerenciamento de Riscos

Processo Administrativo nº 43/2025

AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO E MATERIAL PERMANENTE.

Ji-Paraná, 14 fevereiro de 2025

MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

1 INTRODUÇÃO:

O gerenciamento de risco faz parte da fase inicial de planejamento das contratações que permitem ações contínuas de planejamento, organização e controle dos recursos relacionados aos riscos que possam comprometer o sucesso da contratação, da execução do objeto e da gestão contratual.

Para cada risco identificado será definido: a probabilidade de ocorrência dos eventos, os possíveis danos e impactos caso o risco ocorra, possíveis ações preventivas e de contingência (respostas aos riscos), a identificação de responsáveis pelas ações, bem como o registro e o acompanhamento das ações de tratamento dos riscos.

Os riscos serão classificados como “baixo, médio e alto” pela administração e deverão ser considerados nas fases de planejamento, seleção de fornecedor e gestão do contrato.

2 FASE DE ANÁLISE: PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

RISCO 01: Falta nomeação de equipe de planejamento e possível atraso na formalização do processo.

Probabilidade	Baixa ()	Média ()	Alta (X)
Impacto	Baixo ()	Médio ()	Alto (X)

Possível dano:

- a) Prejuízo ao atendimento das demandas necessárias para o bom andamento dos serviços do Poder Legislativo e desabastecimento de bens;
- b) Inadequação da solução apresentada por falta de melhor análise
- c) Não conclusão do processo em tempo hábil, acarretando o atraso nas fases subsequentes
- d) Processo com inconsistências técnicas

Ações de prevenção:

Ação	Responsável
Indicação tempestiva dos integrantes da equipe de planejamento para que as necessidades sejam	Setor Solicitante e autoridade

quantificadas e qualificadas adequadamente conforme a necessidade de cada setor.	competente
Organizar rotinas de trabalho baseadas nas prioridades eleitas pela autoridade competente Responsável	Responsável pela administração.

Ação de contingência:

Ação	Responsável
Nomeação de equipe permanente ou responsáveis no departamento.	Autoridade competente

RISCO 02: Descrição inadequada do objeto a ser adquirido ou serviço a ser contratado.

Probabilidade	Baixa ()	Média ()	Alta (X)
Impacto	Baixo ()	Médio ()	Alto (X)

Possível dano:

- a) Atraso na instrução processual para correção;
- b) Contratação ou aquisição errada diversa da necessidade.

Ações de prevenção:

Ação	Responsável
Verificação adequada do objeto ou serviço antes da formalização do processo conforme as ofertas de mercado	Departamento solicitante

Ação de contingência:

Ação	Responsável
Retorno do processo ao setor solicitante para correção antes da realização da aquisição	Departamento solicitante/ SUPECOL/procuradoria/ controle interno/ contabilidade

RISCO 03: Realização de termo de referência inadequado

Probabilidade	Baixa ()	Média (x)	Alta ()
Impacto	Baixo ()	Médio ()	Alto (x)

Possível dano:

- c) Atraso na instrução processual para correção;
- d) Processo de contratação ou aquisição sem as condições necessárias para a

perfeita condução processual.

Ações de prevenção:

Ação	Responsável
O setor solicitante deve ter uma minuta para balizar suas solicitações e ter rotina de revisão e checklist para a elaboração do termo de referência	Departamento solicitante.

Ação de contingência:

Ação	Responsável
Solicitar a revisão do termo de referência para as adequações necessárias pelo setor solicitante	SUPECOL/procuradoria / controle interno/ contabilidade

RISCO 04: Levantamento aquém ou além da demanda necessária

Probabilidade	Baixa (x)	Média ()	Alta ()
Impacto	Baixo ()	Médio (x)	Alto ()

Possível dano:

- a) Desabastecimento do material;
- b) Perda de material por falta de uso;
- c) Dano ao erário.

Ação	Responsável
Realizar ampla pesquisa nos registros, almoxarifado e patrimônio antes de realizar a solicitação.	Departamento solicitante

Ações de prevenção:

Ação	Responsável
Verificação em sistemas de controle e pesquisa física em almoxarifado quanto do início do processo.	Departamento solicitante

Ação de contingência:

Ação	Responsável
Realizar a compra por meio de licitação para evitar dispensa ilegal	SUPECOL
Realizar novo procedimento	Setor solicitante.

3. FASE DE COMPRA OU CONTRATAÇÃO: INSTRUÇÃO PROCESSUAL E SELEÇÃO DO FORNECEDOR

RISCO 05: Indisponibilidade financeira para a contratação

Probabilidade	Baixa (X)	Média ()	Alta ()
Impacto	Baixo ()	Médio (x)	Alto ()

Possível dano:

- a) Formalização de processo frustrado com uso da dos serviços administrativos de forma ineficiente.

Ação	Responsável
Maior planejamento nas contratações	Setor administrativo

Ações de prevenção:

Ação	Responsável
Verificação de solde de ficha orçamentária antes da formalização do processo	Departamento solicitante/ Contabilidade

Ação de contingência:

Ação	Responsável
Anulação do processo ou Reprogramação financeira.	Gestor

RISCO 06: Contratação com preço acima da média do mercado

Probabilidade	Baixa (x)	Média ()	Alta ()
Impacto	Baixo ()	Médio ()	Alto (x)

Possível dano:

Aquisição com preço acima da média do mercado, dano ao erário e cometimento de crime.

Ações de prevenção:

Ação	Responsável
Realizar ampla pesquisa de preço obedecendo a a l e g i s l a ç ã o específica para tal fim	SUPECOL
Dar ampla publicidade para que um número maior de empresas participem	SUPECOL

Ação de contingência:

Ação	Responsável
Cancelamento da aquisição	Autoridade competente
Não adjudicação e homologação do objeto	Autoridade competente

RISCO 07: Impugnações ou recursos administrativos/judiciais na licitação

Probabilidade	Baixa ()	Média (x)	Alta ()
Impacto	Baixo ()	Médio (x)	Alto ()

Possível dano:

- a) Registro de impugnações e atraso no procedimento de compra;

Ação	Responsável
Edital e termo de referência consolidados	Departamento solicitante/SUPECOL/Jurídico

Ações de prevenção:

Ação	Responsável
Edital devidamente estruturado e em conformidade com a legislação vigente.	SUPECOL/Jurídico

Ação de contingência:

Ação	Responsável
Revisão Jurídica e republicação do edital	SUPECOL/Jurídico

RISCO 08: Participação de empresas desqualificadas

Probabilidade	Baixa ()	Média ()	Alta (X)
Impacto	Baixo ()	Médio ()	Alto (X)

Possível dano:

- a) Aquisição irregular por não habilitação do fornecedor e dano ao erário;

Ação	Responsável
Elencar nos documentos de consolidação processual os requisitos de habilitação do fornecedor e capacidade financeira	Departamento solicitante/SUPECOL/Jurídico

Ações de prevenção:

Ação	Responsável
Exigência clara de documentos de habilitação e análise rigorosa das propostas	SUPECOL

Ação de contingência:

Ação	Responsável
Desclassificação imediata e convocação do próximo classificado	SUPECOL

4. FASE EXECUÇÃO DE CONTRATO E ENTREGA DE BENS

RISCO 09: Atraso na entrega e/ou entrega de materiais em desacordo com o pedido.

Probabilidade	Baixa ()	Média ()	Alta (X)
Impacto	Baixo ()	Médio ()	Alto (X)

Possível dano:

- a) Não atendimento da necessidade de compra, possível atraso nas atividades relacionadas na casa.

Ação	Responsável
Solicitação de compra com antecedência mínima para estruturação e execução/entrega com margem de segurança.	Departamento solicitante

Ações de prevenção:

Ação	Responsável
Definir penalidades e fazer o acompanhamento rigoroso dos prazos, bem como acompanhar e certificar o recebimento.	Departamento solicitante

Ação de contingência:

Ação	Responsável
Aplicação de multa e/ou penalidades, rejeição imediata dos materiais.	Departamento solicitante

5. CONCLUSÃO

O mapa de risco permite a identificação e os meios possíveis de mitigação das ameaças que podem insurgir no decorrer do processo de contratação à execução do contrato, de modo a garantir maior eficiência, transparência e segurança jurídica na aquisição dos materiais de expediente.

Ji-Paraná, 14 fevereiro de 2025.

(Assinatura eletronicamente)
RUBSON JOSÉ ALVES DE FREITAS
DIRETOR GERAL